

SERVIÇOS JURÍDICOS EM 2013

Mais trabalho no contencioso e na assessoria em mercados externos

Reestruturações de dívidas e de empresas são áreas em que os **advogados** deverão manter trabalho

JOÃO MALTEZ
 jmaltez@negocios.pt

Lá fora, dar apoio jurídico à internacionalização de clientes. Cá dentro, o mesmo tipo de assessoria dos últimos anos, com destaque para a reestruturação de empresas e de dívidas e para o contencioso. Em 2013, o trabalho nos escritórios vocacionados para a chamada advocacia empresarial promete continuar, com naturalidade, ser um espelho do comportamento da economia. É pelo menos essa a ideia síntese das opiniões avançadas pelos juristas ouvidos pelo Negócios.

“Em 2013, as áreas de prática que terão mais procura serão, para Portugal, contencioso, insolvência, laboral e fiscal. Na área do Direito Laboral, os despedimentos, nomeadamente processos de despedimento colectivo, e na área do contencioso, com particular enfoque para as insolvências”, avança Miguel Castro Pereira, managing partner da Abreu Advogados.

Os mesmos argumentos são, de resto, seguidos por Nuno Pena, sócio da CMS-RPA. Este advogado acredita que, ao longo do ano, a sua sociedade irá manter o mesmo tipo de trabalho, com incremento do contencioso e da arbitragem, da recuperação de empresas e das reestruturações de dívida.

Paulo Pinheiro, sócio da Vieira de Almeida, diz igualmente que há a expectativa de que em 2013 se acentue o crescimento de áreas como o contencioso e arbitragem, a par das reestruturações empresariais e de activos, mas também admite que possam crescer os processos de rene-

ciação de grandes contratos, sejam públicos ou privados.

É também expectável que continue a pressão da administração tributária para a arrecadação de receita e, conseqüentemente, a manutenção dos níveis de litigiosidade com os contribuintes, diz, por sua vez, o fiscalista Rogério Fernandes Ferreira.

Assessoria nos mercados externos

Se as áreas mais em foco a nível interno são demonstrativas do comportamento da economia, as expectativas face aos mercados externos surgem igualmente como o reflexo da atitude com que muitas empresas nacionais estão a encarar a conjuntura.

O sócio executivo da Miranda, Rui Amendoeira, admite que não são de esperar mudanças significativas face às solicitações de apoio jurídico do ano transacto, período em que, assume o advogado, “a escassez de crédito por parte do sector bancário para o financiamento de novos projectos e investimentos” constituiu o factor que mais dificultou a actividade das empresas em 2012. Com presença importante nos mercados internacionais, é também daí que a Miranda espera mais trabalho.

São sobretudo as apostas na África lusófona aquelas que suscitam maior expectativa aos sócios nacionais. É isso que dizem Rui Amendoeira, Miguel Castro Pereira, Paulo Pinheiro ou Nelson Bernardo, da Raposo Bernardo e Associados. Mesmo para sociedades como a Linklaters, de origem britânica, aquela geografia será uma aposta reforçada, reconhece o jurista do escritório de Lisboa Nuno Ferreira Lousa.



Tribunais | Áreas de contencioso deverão continuar a proporcionar muito trabalho aos **advogados**.

Pressão [do Fisco] para arrecadar receita deverá manter-se [bem como] os níveis de litigiosidade.

ROGÉRIO F. FERREIRA
 Sócio da RFF & Associados

Deverão continuar processos de despedimento colectivo, contencioso, e insolvências.

ANTÓNIO M. RAIMUNDO
 Sócio da **Albuquerque**

Haverá forte necessidade de aconselhamento jurídico nas áreas de contencioso e arbitragem.

JOÃO TEIXEIRA DE MATOS
 Sócio da Garrigues